

Congresso deve desprezar apelo de Cardoso por austeridade nos gastos

Por meio de 23.260 emendas, parlamentares planejam gastar em obras R\$ 54,21 bilhões

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Os apelos feitos na semana passada pelo presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, em favor da austeridade nas contas públicas, não deverão sensibilizar o Congresso. É o que indica o primeiro relatório parcial da Comissão Mista de Orçamento sobre as emendas apresentadas por deputados e senadores. Apesar de o governo já ter avisado que só disporá em 1995 de R\$ 4 bilhões para livre aplicação em investimentos, os parlamentares querem gastar em obras R\$ 54,21 bilhões — valor 13 vezes superior ao “saldo” orçamentário.

Esse fato não é o único sinal da falta de sintonia entre o Congresso e o novo governo em relação ao Orçamento de 1995. Das 23.260 propostas de aplicação de recursos públicos assinadas pela maioria dos deputados e senadores, 15 mil se destinam ao Ministério da Integração Regional — exatamente uma das pastas passíveis de extinção, caso o presidente eleito confirme sua intenção de realizar uma reforma administrativa. Se depender da vontade dos parlamentares, a Integração Regional, tradicional área de atendimento clientelista, distribuirá no ano que vem cerca de R\$ 17 bilhões.

Depois da Integração Regional, o vice-campeão na preferência dos parlamentares é o Ministério do Bem-Estar Social, outro setor que deverá ser totalmente reformulado pelo governo tucano. Com os programas assistencialistas do Bem-Estar Social, responsável ainda pelas obras de habitação popular e saneamento básico, o Congresso pretende gastar R\$ 11,4 bilhões. Juntos, os Ministérios da Integração Regional e Bem-Estar Social foram alvo de emendas que se aproximam de R\$ 30 bilhões.

A terceira área mais bem-aquinhoadada por deputados e senadores é a infra-estrutura, onde prevalecem as grandes obras, como estradas e usinas hidrelétricas, administradas por empreiteiras. Em contrapartida, as emendas para as áreas de saúde e educação, que enfrentam falência generalizada, não somam mais do que R\$ 8,1 bilhões. A agricultura também não foi considerada setor prioritário: os parlamentares destinaram ao setor R\$ 4,7 bilhões.

“Como o governo ainda não sabe o que quer, vamos votar nossa visão de Orçamento”, avisa o relator-geral da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM). Mesmo empenhado em atender aos pedidos de verbas dos colegas, Miranda não terá de onde tirar R\$ 54 bilhões

o equivalente à metade de toda a despesa disponível da União. Nem por isso dirá não aos companheiros de mandato. “Vou pedir para cada parlamentar escolher dez prioridades na área social”, explica o relator, que pretende movimentar pelo menos R\$ 1,5 bilhão em emendas. Já que não estabeleceu um limite de verba para as emendas dos congressistas, o relator-geral vai arbitrar a cota de cada parlamentar com base em uma tabela de custos unitários de obras,

preparada pela Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com essa tabela — que pode ser desconsiderada “quando o autor da emenda dispuser de elementos de custos mais confiáveis” — a cons-

trução de um quilômetro de rodovia, por exemplo, custa US\$ 450 mil. Já uma usina hidrelétrica está cotada a US\$ 1,1 milhão por megawatt, enquanto a instalação de uma agência bancária oficial nas capitais sai por US\$ 750 mil. Perfurar um poço artesiano custa US\$ 3,5 mil — o equivalente, de acordo com a tabela, ao modelo mais simples de casa popular. O senador Gilberto Miranda julga que o novo governo não vetará as pretensões dos parlamentares. “Antes de cortar qualquer coisa, o presidente eleito vai ter de conferir o tamanho de sua base parlamentar”, observa.

TOTAL É 13
VEZES MAIOR
QUE “SALDO”
ORÇAMENTÁRIO



Miranda: “Vou pedir para cada parlamentar escolher 10 prioridades”